

APRESENTAÇÃO

Nos primeiros meses de 2011 recebemos um convite da comissão editorial do jornal científico *Ensino em Re-vista* - pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia -, para organizar um dossiê temático sobre o Ensino Médio. O apelo veio num momento em que estávamos muito envolvidos, junto à equipe liderada por o Prof. Dr. Roberto Valdés Puentes, na realização do Projeto de Pesquisa intitulado “Desenvolvimento profissional dos professores que atuam no Ensino Médio: um diagnóstico de obstáculos e de necessidades didático-pedagógicas”, financiado pela Fapemig (Edital Universal 01/2009). Em meio a tantos afazeres, recebemos essa solicitação envolvidos com sentimentos de preocupação e de satisfação, simultaneamente. Preocupação pela responsabilidade, pois a problemática do Ensino Médio é hoje um dos grandes enigmas educacionais com que se deparam políticos, pedagogos, pesquisadores e instituições nacionais e internacionais do mundo todo. Satisfação pela honra que recebia (com certeza, escassamente merecida), pois outros profissionais da área poderiam cumprir a tarefa com maior competência. O trabalho foi feito ao longo de 2011. Hoje temos o sano prazer de apresentá-lo aos leitores. Só me resta agradecer profundamente a confiança e a profissionalidade dos gestores da revista e dos pesquisadores, colegas e amigos, que tiveram a deferência de prestar suas valiosas contribuições para que o dossiê de Ensino Médio viesse à luz nas páginas de *Ensino em Re-vista*. A todos e todas, muito obrigado!

1. A reforma do ensino médio no âmbito europeu e latino-americano

Desde meados dos anos 1980, a educação posterior ao ensino primário vem passando por numerosas e radicais revisões nos países da Europa e da América Latina, revisão que está ainda longe de chegar a seu término. Perante a relativa tradição, estabilidade e universalidade consolidada do Ensino Fundamental, o Ensino Médio depara-se com escassa experiência na sua universalização, com explosão descontrolada das matrículas, com complexidades psicopedagógicas e socioeducativas da faixa etária (15 a 17 anos), com problemas de infraestrutura e de formação do professorado, com dificuldades que trazem consigo o delineamento dos objetivos educativos e políticos e as dificuldades do consequente desenho curricular. O anterior se agrava diante dos altos índices de fracasso escolar, evasão, violência e consumo de drogas nas escolas, entre outros aspectos conflitantes. E tudo isso acontece num contexto de sociedades globalizadas, dominadas pelo conhecimento, incertezas e competição em todas as ordens da vida social e política. Isso traz como consequência o envolvimento crescente dos Estados, da sociedade civil e dos pais e educadores com a problemática do Ensino Médio.

No âmbito internacional, as reformas do Ensino Médio tratam de equilibrar a tradicional dualidade propedêutico/profissionalizante desse nível educacional. Para isso, trata-se de lograr uma progressiva integração curricular e institucional entre suas várias modalidades. Também se trabalha para atenuar a excessiva especialização das modalidades profissionalizantes na formação para a cidadania e para a continuidade de estudos. As reformas, que antigamente embasavam-se em uma lógica puramente econômica, tornam-se mais amplas, tratando de incorporar os ideais do humanismo e da diversidade, ao tempo que se sublinha a importância dos afetos e da criatividade. Entende-se que é preciso formar pessoas mais preparadas para lidar com as mudanças, mais autônomas nas suas escolhas, mais solidárias e abertas às diferenças.

2. O marco legal da reforma de ensino médio no Brasil

No Brasil, a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988, criam-se as condições para a elaboração de um marco legal propício para uma reforma profunda do Ensino Médio. No inciso II do artigo 208 da Constituição Federal se estabelece o dever do Estado na “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”. A Emenda Constitucional nº 14/96, que altera a redação desse inciso, ainda que não seu espírito, declara a “progressiva universalização do ensino médio gratuito”. Assim, a Constituição confere a esse nível estatuto de direito de todo cidadão, passando o Ensino Médio a ser considerado como básico para o exercício da cidadania, como base para o acesso a atividades produtivas e para o prosseguimento dos estudos na Educação Superior.

Na cobertura jurídica que oferece a Constituição Federal, promulga-se, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), surpreendentemente sincronizada com os pressupostos internacionais e com a nova onda de reformas que tratam de superar a situação alarmante desse nível de ensino, em trânsito a outro Ensino Médio possível, mais condizente com as demandas do século XXI.

A LDB/96 determina que o Ensino Médio faça parte da Educação Básica, considerando-o como sua etapa de culminação. Ao ser designado como a etapa final do Ensino Básico, se coloca também a terminalidade de um nível de ensino com propósitos específicos que deve garantir e prover aos sujeitos em formação as competências necessárias para continuar aprendendo. Assim sendo, no Artigo 35 da Lei se estabelecem os seguintes objetivos para o Ensino Médio:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (LDB/96).

Tendo em conta essas finalidades, o Ministério da Educação elabora um projeto curricular para a educação média que garanta um ensino responsável pela formação integral do cidadão, valorizando o conhecimento e o desenvolvimento de um conjunto de capacidades que, uma vez desenvolvidas, permitam pensar e agir de forma eficiente na sociedade contemporânea. Isso deve ser logrado pela intermediação de um processo de ensino-aprendizagem, que muito além do acúmulo de informações e da memorização, se desenvolve de modo contextualizado e enriquecedor para a pessoa humana.

No contexto destes objetivos e ideias reitoras, o Ensino Médio brasileiro se desenvolve numa verdadeira teia de regulamentações complementárias a LDB/96 e aos programas de avaliação da qualidade da educação. Dentre eles se acham:

- a) o Decreto 2.208, de 1997, que regulamenta a educação profissional e a faz independente do Ensino Médio, podendo ser realizada juntamente com esta ou de forma sequencial a ela;
- b) a Resolução CEB/CNE no 03/98 que estabelece, na forma de lei, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Estas diretrizes se basearam, por sua vez, no parecer da conselheira Guiomar Namó de Mello (Parecer CEB/CNE no 15/98);
- c) outra medida que caracteriza o novo Ensino Médio no âmbito federal é o estabelecimento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), fato valorizado pelo MEC e pelo alunado, já

que vem tendo um peso progressivo no ingresso em muitas das instituições de Educação Superior. O Enem veio integrar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado em 1990 pelo MEC, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), com o objetivo de coletar e sistematizar dados e informações sobre o Ensino Fundamental e Médio.

- d) No momento em que o Estado Federal acionava as reformas, as redes estaduais, responsabilizadas constitucionalmente pelo atendimento ao nível médio, programaram diversas inovações, como os Currículos Básicos Comuns (CBC) e seus próprios sistemas de avaliação da qualidade. Como exemplos temos o Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar no Estado de São Paulo), instituído a partir de 1995, e o Simave (Sistema de Avaliação da Qualidade do Ensino e das Escolas), implantado pela Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais.

2. Resultados e críticas

Vejamos alguns dos dados atuais sobre o ensino médio no Brasil, o que pode dar uma ideia da situação hodierna. Os resultados preliminares do Censo Escolar 2011 estimam uma matrícula total de 8.179.920 no Ensino Médio. A matrícula total da educação média em 2009 foi de 8.337.160, ou seja, em dois anos houve um decréscimo de 157.240 alunos, o que representa 1,8% (Fonte: MEC/Inep, 2009, 2011). Isso pode indicar que não está havendo controle adequado das evasões e das repetências e que nem toda a população que corresponde a esse nível escolar está tendo acesso real ao sistema, o que dificulta a pretendida universalização.

Mesmo assim, as metas do Índice de Desenvolvimento Educacional (Ideb) desde 2005 vêm tendo um crescimento sustido. Em 2005, o Ideb do Ensino Médio brasileiro, foi de 3,5 pontos; em 2007 a meta era de 3,4 e o resultado foi de 3,5; em 2009 a meta era de 3,5 e o resultado foi de 3,6. A meta de 2011 é de 3,7, mais ainda não se publicaram os resultados. (Fonte: MEC/Inep, 2009). Isso mostra que um índice tão importante como o desenvolvimento educacional cresce de forma sistemática, ainda que não ao ritmo desejável pela sociedade.

O desempenho do Ensino Médio na Prova Brasil/Saeb de Língua Portuguesa foi de 257,6 pontos em 2005; de 261,4 em 2007 e de 268,8 em 2009. Na Prova Brasil/Saeb de Matemática, o Ensino Médio alcançou 271,3 pontos em 2005; 272,9 em 2007 e 274,7 em 2009. (Fonte: MEC/Inep, 2009). Os dados de 2011 ainda não estão disponíveis. Se por um lado, esses resultados mostram a lenta recuperação do sistema, com aperfeiçoamento tímido da qualidade de ensino, por outro, demonstram também a extraordinária importância da avaliação para explicitar e acompanhar os progressos e desafios, mesmo apesar de críticas e imperfeições destes.

Uma rápida olhada na literatura brasileira sobre o Ensino Médio permite constatar que a maioria das publicações da área discute criticamente a reforma do Ensino Médio, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. As críticas à reforma se polarizam em diferentes vertentes: uma delas intenta denunciar a roupagem humanista das políticas que implantam a reforma, solapando um paradigma globalizado e excludente. Outra vertente da crítica gira em torno à separação entre o Ensino Médio e o profissional, em direção contrária ao que se faz nas nações europeias e latino-americanas. Há uma corrente crítica ao redor das diretrizes curriculares devido a uma suposta inconsistência na orientação da prática pedagógica, ao tempo que se registra sua filiação ao ideário neoliberal. Uma vertente muito forte da crítica está relacionada à forma como as reformas vêm sendo instauradas, sem a devida negociação com os atores implicados, precariedade das condições de infraestrutura das escolas e a escassez de materiais, o que acaba inviabilizando ou comprometendo os objetivos de tais reformas. Também o desacerto das políticas e práticas na formação dos professores se converte em uma tendência da crítica às reformas do Ensino Médio no Brasil.

4. Novas pesquisas, novas críticas

A maioria dos textos que integram o presente dossiê se inscreve nessa linha crítica sobre a reforma do Ensino Médio no Brasil e na Espanha. Para uma melhor ordenação temática, os textos se organizam em três eixos: o primeiro deles discute o problema central da formação dos professores para o Ensino Médio; o segundo focaliza aspectos pontuais da didática na educação média e o terceiro, mais amplo, se debruça sobre o complexo espectro das políticas públicas sobre o Ensino Médio e seu impacto no sistema educativo.

O primeiro eixo, que se refere à formação dos professores, inicia-se com o artigo “El profesorado de enseñanza media: formación inicial pedagógica e identidad profesional”, dos pesquisadores espanhóis Antonio Bolívar Botía e María R. Bolívar-Ruano. Nele, parte-se do amplo movimento que em nível internacional se preocupa com a formação inicial dos professores como meio eficaz para ganhar a qualidade da educação. Logo se faz uma ampla análise da necessidade de integrar adequadamente a concepção disciplinar e a concepção pedagógica na formação inicial do professorado, por meio de um currículo integrado que responda ambas as exigências.

O segundo texto, intitulado “O tempo como dimensão do profissionalismo docente: o caso de professores de química, física, biologia e matemática do ensino médio”, dos autores Isauro B. Núñez e Betânia L. Ramalho, apresenta um estudo interessante sobre a percepção que os professores do Ensino Médio têm das áreas de Ciências Naturais e da Matemática, sobre o tempo da sua atividade profissional no contexto das Reformas Educacionais no Brasil. O artigo mostra que a percepção do tempo que os docentes pesquisados têm não contribui para o desenvolvimento profissional dos professores, nem para uma nova identidade associada aos projetos inovadores propostos pela reforma educativa no Ensino Médio. O bloco se encerra com o texto dos autores Paulo A. Bertoldi e Osvaldo Dalberio intitulado “O desafio da formação e da atuação do professor”. O trabalho constata a contribuição que a formação inicial dos professores traz para que estes possam aliar a teoria e a prática no cotidiano de sua ação pedagógica, principalmente nas suas relações com os alunos de ensino básico. O artigo sublinha a importância de que os professores de profissão coloquem em primeiro plano de sua formação os componentes didático-pedagógicos, para que possam cumprir com o papel desalienante e conscientizador que lhes corresponde na sociedade. Essa seria uma contribuição dos professores para a elevação da qualidade da educação.

O segundo eixo temático, que aborda o apaixonante e escassamente estudado âmbito da didática da escola média, está representado aqui por dois resultados de pesquisas. O primeiro deles é o artigo “La planificación de la gestión de la clase en la enseñanza media: un estudio diagnóstico” dos pesquisadores Orlando F. Aquino, Roberto V. Puentes, Maria Célia Borges e Andréa M. Longarezi. O texto apresenta um recorte de resultados de pesquisa empírica sobre a etapa do planejamento da aula, na qual os pesquisadores discutem os resultados, tendo como referência três importantes estudos internacionais. Ao final, elencam-se conclusões que visam contribuir com a formação didática inicial dos professores de ensino básico. O segundo texto deste bloco intitula-se “Ensino de Sociologia no nível médio: de um passado intermitente à necessidade de reconhecimento presente”, da autora Elisabeth F. Guimarães. O artigo é também um resultado de pesquisa de campo no qual se articula a trajetória histórica da disciplina sociologia e seu ensino no nível médio, entre 1980 e 2008, e discute resultados de entrevistas realizadas aos professores da especialidade em duas importantes cidades de Brasil. A discussão dos dados permite compreender melhor a prática pedagógica da disciplina, a formação docente dos professores e a construção da identidade profissional dos professores de sociologia no Ensino Médio.

O terceiro eixo temático, dedicado às políticas públicas e ao seu impacto na implantação da reforma do Ensino Médio, compõe-se de quatro artigos. O primeiro deles corresponde ao pesquisador Carlos F. Brandão e se intitula “A situação atual do Ensino Médio brasileiro e as propostas para a próxima década: infraestrutura, gestão e formação do profissional que atua no Ensino Médio”. O autor realiza uma análise do estado atual do Ensino Médio no Brasil, a partir

de três categorias principais: formação do profissional, infraestrutura e gestão educacional. Essas categorias são discutidas tendo como referência os objetivos e metas propostos pelo Plano Nacional de Educação (2001-2011) e pelo novo Plano Nacional de Educação que deve vigorar entre 2012 e 2020, ainda que este último encontre-se em fase de aprovação pelo Congresso Nacional e, assim, suscetível de modificação.

O segundo artigo deste eixo tem por nome “A reforma curricular do governo Aécio Neves: as disputas e aproximações no interior das escolas”, dos autores Anízio B. Júnior e Mara Rúbia A. Marques. No texto se faz uma radiografia da reforma curricular do Ensino Médio levada a cabo no Estado de Minas Gerais durante as duas gestões do governo de Aécio Neves (2003-2010). Os autores discutem os pressupostos filosóficos e políticos da mudança; apresentam a realidade das escolas estaduais de Ensino Médio nessa etapa; fazem uma breve avaliação das alterações sofridas por segmentos do campo escolar envolvidos na mudança e, ainda, intentam por uma análise do quadro atual da reforma.

O terceiro trabalho deste eixo é uma contribuição das pesquisadoras Valéria M. Rezende, Rogéria M. R. Isobe e Fernanda B. A. Dantas e intitula-se “Reflexões sobre a questão da qualidade no ensino médio”. O artigo toma como direção da análise a implantação do Projeto Escolas-Referência – PER, em Minas Gerais, como parte da reforma do Ensino Médio no estado brasileiro. A discussão, com base na pesquisa empírica, esclarece as tensões que marcaram o processo de implantação do projeto em duas escolas da rede pública do estado. Chega-se a conclusões sobre a regulação burocrática da reforma, sobre a imposição de modelos para atingir metas arbitrárias e sobre o desconhecimento da realidade da escola. O artigo permite uma compreensão aprofundada das políticas que orientaram este processo.

Em uma espécie de coda iluminante, o dossiê se encerra com a contribuição dos autores João F. Oliveira e Elaine Nicolodi, intitulada “Outro ensino médio é possível? Reforma e políticas de formação e valorização docente em questão”. O artigo focaliza dois elementos principais da reforma do Ensino Médio no Brasil, a partir da década de 1990: formação do professor e valorização do profissional. A discussão é norteadada por duas questões principais: as políticas em curso no Brasil vêm indicando concretamente a possibilidade de outro Ensino Médio? A formação e a situação atual dos professores permitem pensar em outro projeto formativo para o Ensino Médio? O artigo enriquece as reflexões em curso sobre a aspiração de um Ensino Médio de qualidade para todos, sob os princípios da obrigatoriedade e da gratuidade expressos na Emenda Constitucional nº 59/2009.

Esperamos que o conjunto dos resultados das pesquisas que entregamos aos leitores neste dossiê sobre Ensino Médio traga contribuições concretas para pesquisadores, mestrandos, doutorandos e estudantes de magistério. Demos, então, a palavra aos autores!

Orlando Fernández Aquino

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade de Uberaba – Uniube.